

# Empresários acham a

Brasília, domingo, 24 de dezembro de 1989 9

## recessão inevitável

SÉRGIO COSTA  
Correspondente

Rio — A política econômica que será necessária para o combate à inflação vai colocar 1990 na condição de um ano recessivo para o País, e a ausência desse ajuste só conduziria mesmo a um período de depressão, onde o destaque ficaria por conta de um processo hiperinflacionário. Com algumas exceções, esta é a principal expectativa dos empresários brasileiros para o ano que vem, depois da definição das eleições para a Presidência da República.

Será um 1990 não tão rico de investimentos públicos, e algo bem distante do que ocorreu em fases da economia brasileira como a década de 70, pelas contas do empresariado. Por outro lado, um instrumento bastante utilizado no Governo que está saindo é inteiramente descartado pelas empresas: o congelamento de preços, que marcou os choques econômicos dos planos cruzados, Bresser e Verão, de 1986 a 1988. Em resumo, um quadro onde estariam ausentes as soluções heterodoxas.

“Não será possível acabar com a inflação sem desaquecer a economia; haverá uma recessão”, avalia o presidente da Rio de Janeiro Refrescos (a fabricante de Coca-Cola no Estado do Rio), Antônio Carlos Vidigal. Ele trabalha com a previsão de que 1990 será um ano de austeridade “para voltarmos a crescer em 1991”. E mais: sem crescimento do salário real, o que conduziria a uma queda no consumo da população.

### CORTES

O ajuste esperado para a economia brasileira no ano que entra é realmente forte, na análise do presidente da Nutricia (fabricante de produtos alimentares e dietéticos), Renato Vilella: “Será necessário o corte de despesas, a privatização de estatais”, assegura. O caso da Nutricia é um tanto diferente, já que 65 por cento de seu faturamento vem do Governo Federal, Estados e municípios, com seus programas sociais. “Esperamos menos recursos públicos do Governo, mas ao mesmo tempo uma necessidade maior de atenção do Estado aos programas sociais”, frisou.

A Nutricia de Renato Vilella investiu 600 mil dólares em 1989, e o faturamento do ano deve fechar com 80 milhões de dólares, 35 por cento a mais que em 1988. A Rio de Janeiro Refrescos de Antônio Carlos Vidigal espera fechar o ano com um faturamento recorde de 100 milhões de dólares, mas com um lucro operacional perto de zero, atribuído à defasagem dos preços dos refrigerantes — em torno de 40 por cento —, produto sob controle de preços. O primeiro pretende expandir investimentos em 1990, enquanto o segundo pretende aplicar somente o indispensável.

“Estamos com um projeto de uma fábrica nova, que custaria 17 milhões de dólares. Mas seria uma irresponsabilidade programar tal investimento agora. Pensamos em investir só 13 milhões de dólares ano que vem, o mínimo necessário para a empresa”, diz Vidigal, que espera um 1990 “difícilíssimo”, com a inflação subindo rapidamente no início. Vilella espera investir 2 milhões de dólares, e sem falar na expectativa de confirmação de outros 930 mil dólares, para erguer uma fábrica em Portugal e entrar no cobrado mercado europeu.

### EXCEÇÃO

Também existem empresas com posição diferentes: as que não trabalham com uma recessão em 1990, e ainda vão investir maciçamente. É o caso da White Martins, líder no mercado brasileiro de gases medicinais e industriais, e que em 1989 (deve ter o melhor resultado desde o início de suas atividades, em 1912: um faturamento de 700 milhões de dólares. “Contamos com um quadro muito positivo. O próximo Governo deverá ter um modelo econômico onde a iniciativa privada não ficará engessada”, garante seu presidente, Félix de Bulhões.

A White Martins programou investimentos de nada mais, nada menos 125 milhões de dólares em 1990 (contra 65 milhões este ano. Não que não sejam esperadas dificuldades para o início do próximo Governo. “Ele terá respaldo popular e forte credibilidade que lhe dão condições para que as mudanças ocorram. Mas nada vai ser de uma hora para outra”, acredita Bulhões, que em contrapartida espera uma menor interferência do Estado na economia — e no desenvolvimento da iniciativa privada.

No pensamento do presidente da White Martins está a crença de que existe uma demanda reprimida, devido à remarcação de preços, falta de crédito com as altas taxas de juros, etc. Na medida em que a política de combate à inflação surtir efeito — “onde será importante o corte no déficit público” —, os juros poderão baixar. Os produtos ficarão mais acessíveis. O consumo aumenta, e impede que a economia brasileira experimente uma recessão. “Haverá um crescimento modesto, mas não recessão”, diz ele.

### LIBERAÇÃO

“Deve haver um corte de despesas públicas, mas também é importante a formação de um ministério de peso, com experiência e respeito público”, completa Antônio Carlos Vidigal, entendendo que somente desta forma haverá condições de impor ao Congresso as medidas necessárias. Prevê, por exemplo, que a vitória contra a inflação vai trazer uma liberação dos preços hoje controlados via CIP. Renato Vilella, por outro lado, espera pela redução dos juros depois da contenção da inflação, via também corte do déficit, mas ainda com a privatização.

A questão dos juros é sensível para outros empresários: aqueles que vivem seu dia-a-dia no próprio mercado financeiro. O presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, a Andima Marcos Jacobsen, é um dos mais questionados quando se fala em expectativas do setor privado para os próximos meses, e durante 1990. Afinal, são 60 bilhões de dólares que giram no overnight diariamente, e nas plataformas dos dois candidatos que concorreram ao segundo turno das eleições presidenciais estava presente um tema específico: o alongamento da dívida pública.

### ALONGAMENTO

“A negociação da dívida interna, se por acaso houver, não depende do mercado financeiro, e sim dos investidores aceitarem ou não”, diz Jacobsen, que também é diretor do Banco Bamerindus. A verdade é que ele prefere se confessar exatamente como “um piloto no ar, e sem instrumentos”, quando se fala nos 90 dias que separam o País da posse do presidente eleito. Ele nega a existência de contatos com a equipe que vai participar do próximo Governo, mas insiste que não trabalha com a possibilidade de um calote na dívida interna.

Este alongamento do perfil da dívida — que aliviaria o Governo das pressões de rolar esse endividamento diariamente — é, diz o presidente da Andima, defendido pela entidade há dois anos.